JOYCE SERRA RODRIGUES COSTA

A exigência de dupla incriminação nos processos de extradição

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Associada Dra. Mariângela Gama de Magalhães
Gomes

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2017

JOYCE SERRA RODRIGUES COSTA

A exigência de dupla incriminação nos processos de extradição

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, sob a orientação da Professora Associada Dra. Mariângela Gama de Magalhães Gomes.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2017

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Costa, Joyce Serra Rodrigues

A exigência de dupla incriminação nos processos de
extradição / Joyce Serra Rodrigues Costa ; orientador
Mariângela Gama de Magalhães Gomes -- São Paulo, 2017.
230 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) -
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo,
2017.

1. Direito Penal - Brasil. 2. Extradição. 3. Dupla
incriminação. 4. Supremo Tribunal Federal. I. Gomes,
Mariângela Gama de Magalhães, orient. II. Título.

Nome: COSTA, Joyce Serra Rodrigues

Título: A exigência de dupla incriminação nos processos de extradição

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a: Mariângela Gama de Magalhães Gomes Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos à minha orientadora, a Professora Mariângela Magalhães, pela oportunidade ímpar, pela confiança no meu trabalho e por me permitir tanto crescimento e aprendizado. Agradeço também à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, por me acolher e me proporcionar três anos de intenso desenvolvimento como discente, monitora do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino – PAE e pesquisadora.

Agradeço à Professora Cláudia Perrone-Moisés pelas valiosas críticas feitas ao meu trabalho no momento da qualificação e pelas indicações de bibliografia de Direito Internacional. Agradeço também à Professora Maíra Rocha Machado pela avaliação do meu trabalho no momento da qualificação e pelas relevantes contribuições, especialmente as sugestões para a pesquisa jurisprudencial desenvolvida.

Agradeço também aos Professores do curso de Pós-Graduação do GV *Law* de Penal Econômico, por todos os ensinamentos, pela oportunidade de crescer com o curso e pela constante motivação para minhas atividades acadêmicas, especialmente para a elaboração desse trabalho. Agradeço especialmente à Professora Heloisa Estellita, que nunca poupou esforços para contribuir com minhas atividades, desde palavras de motivação até indicação de material sobre meu tema de pesquisa.

Agradeço à equipe da biblioteca do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM por toda atenção e paciência com a demanda que representei. Agradeço também à equipe da biblioteca da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, que sempre foi muito disponível e prestativa.

Agradeço aos meus pais, Luis Rodrigo e Maria Auxiliadora, e à minha irmã, Gisela, que apoiaram essa empreitada e, apesar da distância, acompanharam tudo, compartilhando minhas dificuldades, aprendizados, angústias e vitórias. Obrigada por acreditarem em mim. O amor de vocês me faz seguir adiante sempre.

Agradeço a Leo, pelo companheirismo incansável, pelas horas dedicadas a me auxiliar com planilhas e gráficos deste trabalho e pelo carinho e motivação nos momentos mais difíceis. Seu apoio foi essencial durante esses três anos e se reflete em cada conquista minha.

Meu obrigada ainda aos amigos que trilharam comigo a jornada da Pós-Graduação na USP. Aos queridos Ilana Martins, Natália Rebello e Tício Gomes, meus irmãos da vida acadêmica, desde a seleção até o depósito final da dissertação. A

companhia de vocês me levou além de onde poderia ir sozinha e, por isso, só tenho a agradecer.

Por fim, agradeço também às amigas e aos amigos que me apoiaram nessa jornada e peço desculpas pelas ausências, especialmente no último ano. Em especial, aos amigos da “Linha Baiana” que, como eu, vieram tentar a sorte em São Paulo e aqui construíram um lar. A parceria de vocês foi essencial para me firmar aqui e a nossa amizade muitas vezes me fez recobrar a certeza de que, independentemente das dificuldades, vale a pena lutar pelos nossos sonhos.

RESUMO

COSTA, Joyce Serra Rodrigues. **Dupla incriminação nos processos de extradição**. 2017. 224f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O instituto da dupla incriminação sempre foi um requisito tradicional da extradição na grande maioria dos tratados assinados ao redor do mundo e no Brasil. Apesar disso, pouco se sabe e publica a respeito da forma de aplicação do instituto. A urgência para conhecer a fundo a exigência de dupla incriminação se deve à necessidade de explicar um mecanismo que, diariamente, permite a intervenção do Estado na vida de indivíduos e à demanda de um posicionamento em relação ao debate sobre a manutenção ou a reforma do instituto. Assim, a fim de atingir o objetivo de compreender o instituto da dupla incriminação no contexto da extradição, primeiramente elaborou-se uma revisão da bibliografia disponível sobre o instituto e seu contexto, com a finalidade de verificar o estado das discussões do tema. A partir do problema inicial: “como é entendido o instituto da dupla incriminação no Brasil?”, foram formuladas quatro questões cujas respostas são capazes de proporcionar uma robusta compreensão do instituto. As questões elaboradas foram: a) “A partir de que substrato é feita a análise da dupla incriminação: dos fatos ou do tipo imputado ao extraditando?”; b) “Que critérios são avaliados para determinar a configuração (ou não) da dupla incriminação?”; c) “Como deve ser interpretada a exigência de dupla incriminação: em concreto ou em abstrato?”; e, por fim, d) “Qual a fundamentação do instituto?”. Tais questões foram utilizadas para guiar a investigação jurisprudencial levada a cabo em seguida, a qual envolveu uma avaliação qualitativa tendo por objeto uma amostra de acórdãos de julgamentos de processos de extradição submetidos ao crivo do Supremo Tribunal Federal (STF) no período entre 01 de janeiro de 2006 e 01 de janeiro de 2016. Ao fim, a investigação realizada permitiu mapear as opções hermenêuticas da aplicação da exigência de dupla incriminação nos últimos dez anos e saber como é compreendido o instituto em sua aplicação.

Palavras-chave: Dupla Incriminação. Extradição. Supremo Tribunal Federal.

ABSTRACT

COSTA, Joyce Serra Rodrigues. **Double criminality in Extradition**. 2017. 224f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

The double criminality rule has always been traditional in extradition law around the world and in Brazil. Nevertheless, very little is known and published about its use. The urgency to understand the double criminality rule is due to the necessity to explain a mechanism that authorizes State's intervention in people's lives and to the demand of a position on the debate about the maintenance or reform of the institute. Thus, to achieve the purpose of understanding the institute of double criminality in the context of extradition, a review of the available literature was carried out to verify the status of the discussions on the subject. The initial problem "how is understood the double criminality rule in Brazil?" was rationalized in four questions whose answers provide a robust understanding of the institute. The formulated questions are: a) "What is the double criminality analysis' subject: the facts or the offence charged?"; b) "What criteria are used to determine the configuration (or not) of double criminality?"; c) "How should the requirement of double criminality be interpreted: in concrete or in abstract?"; and, finally, d) "What is the foundation of the institute?". These questions were used to guide the case-law investigation carried out, which involved a qualitative evaluation of a sample of judgments of extradition processes submitted to the Supreme Court in the period between January 1st 2006 and January 1st 2016. Finally, the research allowed us to map out the hermeneutic options of applying the double criminality requirement in the last ten years in Brazil and to know how the institute is understood in its application.

Keywords: Double criminality. Extradition. Supreme Court.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Número de acórdãos analisados por Estado requerente	116
Gráfico 2	Número de acórdãos analisados por classes de crimes	116
Gráfico 3	Resultado do julgamento do pedido de extradição	117
Gráfico 4	Frequência da satisfação da exigência de dupla incriminação	118
Gráfico 5	Frequência da exigência de dupla incriminação nos pedidos de extradição indeferidos ou parcialmente deferidos	119
Gráfico 6	Delitos atingidos pela ausência de dupla incriminação	120
Gráfico 7	Frequência de subsunção da conduta que deu causa ao pedido de extradição à norma brasileira	121
Gráfico 8	Frequência do argumento da "previsão da conduta como crime em ambos os ordenamentos jurídicos" ou "previsão da conduta como crime no ordenamento do Estado requerido"	123
Gráfico 9	Frequência nos acórdãos de argumentos indicando a conduta como substrato da análise de dupla incriminação	124
Gráfico 10	Frequência do argumento de cotejo dos elementos dos tipos	125
Gráfico 11	Frequência do argumento de correspondência/analogia entre os tipos	126
Gráfico 12	Frequência de argumentos indicando o tipo penal como substrato para a análise da dupla incriminação	129
Gráfico 13	Coexistência de argumentos a favor da conduta como substrato da análise de dupla incriminação e a favor do tipo como substrato da análise de dupla incriminação	130
Gráfico 14	Frequência do argumento da "irrelevância da divergência entre a nomenclatura" ou "irrelevância entre os elementos dos tipos"	136
Gráfico 15	Frequência da indicação das condutas atribuídas ao extraditando	142
Gráfico 16	Frequência da análise de concurso de normas	154
Gráfico 17	Frequência de análise de cada causa de extinção da punibilidade apreciada nos julgamentos dos processos de extradição	172
Gráfico 18	Frequência de análise da punibilidade como critério de avaliação da exigência de dupla incriminação	173

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Frequência da transcrição da lei penal incriminadora nos acórdãos da amostra	145
Tabela 2	Frequência da avaliação do elemento subjetivo nos acórdãos da amostra	150
Tabela 3	Frequência da avaliação da norma de extensão da tipicidade relativa à participação	152
Tabela 4	Frequência da avaliação da norma de extensão da tipicidade atinente à tentativa	152
Tabela 5	Frequência da obediência à regra da relação à anterioridade da lei penal	157
Tabela 6	Frequência da avaliação da norma remetida no bojo da dupla incriminação	160
Tabela 7	Frequência da avaliação de causas justificantes	165
Tabela 8	Frequência da avaliação de causas de exclusão da culpabilidade do agente	167
Tabela 9	Frequência da avaliação de causas extintivas da punibilidade	171
Tabela 10	Frequência dos argumentos relativos à fundamentação da exigência de dupla incriminação	176

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	A EXIGÊNCIA DE DUPLA INCRIMINAÇÃO NA EXTRADIÇÃO: CONTEXTUALIZANDO O INSTITUTO	17
1.1	A extradição: breves noções para subsidiar o estudo	17
1.1.1	<i>Sobre a extradição e seu regime jurídico</i>	19
<i>1.1.1.1</i>	<i>Breve histórico da extradição</i>	<i>20</i>
<i>1.1.1.2</i>	<i>Fontes da extradição</i>	<i>25</i>
<i>1.1.1.3</i>	<i>Alguns esclarecimentos adicionais sobre o procedimento de extradição</i>	<i>27</i>
a)	A extradição passiva como foco do desenvolvimento do direito extradicional	27
b)	Os sistemas jurídicos extradicionais	29
<i>1.1.1.4</i>	<i>Direitos e garantias do concernido na extradição</i>	<i>30</i>
<i>1.1.1.5</i>	<i>O regramento da extradição no Brasil</i>	<i>33</i>
<i>1.1.1.5.1</i>	<i>A extradição na Constituição Federal</i>	<i>33</i>
<i>1.1.1.5.2</i>	<i>A extradição no Estatuto do Estrangeiro</i>	<i>34</i>
a)	Nacionalidade do agente	37
b)	Competência da jurisdição brasileira para julgar a causa	38
c)	Pena de prisão igual ou inferior a um ano na lei brasileira	39
d)	Extraditando responder a processo ou ter sido julgado no Brasil pelo fato que fundamenta o pedido extradicional	40
e)	Extinção da punibilidade pela prescrição	41
f)	Crime político	41
g)	Extraditando submetido a Tribunal ou Juízo <i>ad hoc</i>	42
h)	A exigência de dupla incriminação	43
<i>1.1.1.5.3</i>	<i>A extradição nos tratados</i>	<i>43</i>
a)	Alguns dispositivos dos tratados de extradição ratificados pelo Brasil ...	44
2	O INSTITUTO DA DUPLA INCRIMINAÇÃO	47
2.1	Delimitando o estudo: alguns esclarecimentos necessários	47
2.2	O que é a exigência dupla incriminação?	48
<i>2.2.1</i>	<i>Terminologia e natureza da exigência de dupla incriminação:</i>	

	<i>esclarecendo o “caos terminológico”</i>	49
2.2.2	<i>Caraterísticas</i>	54
2.2.2.1	<i>A dupla incriminação exige que a conduta imputada ao extraditando seja prevista como crime na legislação do Estado requerente e na do Estado requerido</i>	54
2.2.2.2	<i>A dupla incriminação não exige que os tipos penais sejam idênticos</i>	55
2.2.2.3	<i>A dupla incriminação não exige que a nomenclatura dos tipos penais seja idêntica</i>	57
2.2.2.4	<i>A exigência de dupla incriminação não se confunde com o critério de mínima ofensividade para delimitação da ofensa extraditável</i>	58
2.2.3	<i>Histórico</i>	59
2.2.3.1	<i>Os questionamentos à exigência dupla incriminação</i>	61
2.2.3.2	<i>Iniciativas de excepcionar o instituto</i>	64
2.2.3.3	<i>Balanço do momento vivido hoje pelo instituto</i>	67
2.3	<i>Fundamentos da dupla incriminação</i>	68
2.3.1	<i>O respeito à soberania estatal e a reciprocidade</i>	69
2.3.2	<i>Legalidade (segurança jurídica e Estado de Direito)</i>	70
2.3.3	<i>Política criminal</i>	72
2.3.4	<i>Outros</i>	73
2.4	<i>Dupla incriminação: problemas de práticos</i>	74
2.4.1	<i>Critérios hermenêuticos: abstrato versus concreto</i>	74
2.4.2	<i>Material de análise da dupla incriminação</i>	78
2.4.2.1	<i>A discussão do tema na América do Norte</i>	78
2.4.2.2	<i>O problema das formas expressivas e os defeitos de concreção</i>	81
2.4.2.3	<i>A argumentação que sustenta a dupla incriminação</i>	83
2.4.3	<i>Técnica de remissão e análise da dupla incriminação</i>	84
2.4.3.1	<i>Os delitos fiscais</i>	85
2.4.3.2	<i>Soluções para o problema</i>	87
2.5	<i>Regulamentação da exigência de dupla incriminação no Brasil</i>	90
2.5.1	<i>A dupla incriminação no Estatuto do Estrangeiro</i>	90
2.5.2	<i>A dupla incriminação nos tratados ratificados pelo Brasil</i>	92
3	<i>METODOLOGIA</i>	103
3.1	<i>Questões de pesquisa e justificação</i>	103

3.2	Metodologia adotada	105
3.3	Técnicas de pesquisa adotadas	106
3.3.1	<i>Amostragem e critérios de seleção</i>	<i>107</i>
3.3.2	<i>Coleta e organização dos dados</i>	<i>111</i>
4	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	115
4.1	Análise introdutória	115
4.2	Como é feita a análise do instituto da dupla incriminação: a partir da conduta atribuída ou do tipo imputado ao extraditando?	120
4.2.1	<i>A partir da conduta atribuída ao extraditando</i>	<i>121</i>
4.2.2	<i>A partir do tipo imputado ao extraditando</i>	<i>125</i>
4.2.3	<i>Contradição ou complemento: conduta e tipo como base da análise da exigência de dupla incriminação?</i>	<i>130</i>
a)	<i>Uso de argumentos de diferentes vertentes para uma mesma conduta ...</i>	<i>131</i>
b)	<i>Uso de argumentos de diferentes vertentes para duas condutas diferentes no mesmo acórdão</i>	<i>133</i>
c)	<i>Observações finais sobre a coexistência entre argumentos de vertentes distintas</i>	<i>135</i>
4.2.4	<i>A irrelevância da divergência da nomenclatura e dos elementos do tipo</i>	<i>135</i>
a)	<i>A irrelevância da divergência de nomenclatura</i>	<i>136</i>
b)	<i>A irrelevância da divergência dos elementos do tipo</i>	<i>139</i>
4.2.5	<i>A indicação da conduta atribuída ao extraditando</i>	<i>141</i>
4.2.6	<i>A transcrição do texto do tipo penal</i>	<i>145</i>
4.2.7	<i>Afinal, qual o substrato de análise de dupla incriminação?.....</i>	<i>147</i>
4.3	Que critérios são avaliados para determinar a configuração da dupla incriminação?	149
4.3.1	<i>Elemento subjetivo</i>	<i>149</i>
4.3.2	<i>Normas de extensão da tipicidade: participação e tentativa</i>	<i>151</i>
4.3.3	<i>Concurso de normas</i>	<i>154</i>
4.3.4	<i>Anterioridade da lei penal</i>	<i>157</i>
4.3.5	<i>Tipos que recorrem à técnica legislativa de remissão</i>	<i>160</i>
4.4	Como deve ser interpretada a exigência de dupla incriminação: em concreto ou em abstrato?	164

4.4.1	<i>A licitude da conduta e análise da dupla incriminação</i>	165
4.4.2	<i>A culpabilidade do agente e a análise da dupla incriminação</i>	167
4.4.3	<i>As causas extintivas da punibilidade e a análise da dupla incriminação</i>	170
4.4.4	<i>Afinal, a análise da exigência de dupla incriminação é feita pelo critério em concreto ou em abstrato?</i>	175
4.5	Qual a fundamentação do instituto da exigência de dupla incriminação?	176
4.6	Notas conclusivas	180
	CONCLUSÃO	183
	REFERÊNCIAS	187
	APÊNDICE A – FORMULÁRIO PARA LEVANTAMENTO DE DADOS EM ACÓRDÃOS DE JULGAMENTOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DE PEDIDO DE EXTRADIÇÃO	209
	APÊNDICE B – GUIA TERMINOLÓGICO	210
	APÊNDICE C – LISTA DOS ACÓRDÃOS UTILIZADOS NA PESQUISA QUALITATIVA POR ORDEM DE NUMERAÇÃO DE PEDIDO DE EXTRADIÇÃO	219

INTRODUÇÃO

O instituto da dupla incriminação sempre foi um requisito tradicional da extradição na grande maioria dos tratados assinados ao redor do mundo¹. No Brasil, o instituto é consagrado pelos tratados internacionais e pela legislação nacional e é aplicado sem maiores discussões na prática da extradição no país. Apesar disso, pouquíssimo se sabe a respeito da forma de aplicação do instituto.

A urgência para conhecer a fundo a exigência de dupla incriminação se deve – primeiramente – à necessidade de explicar e impor limites a um mecanismo jurídico que, diariamente, permite ou veda a intervenção do Estado – por meio do aprisionamento e transporte para outro país – na vida de um indivíduo. É evidente que um instituto que condiciona uma ação estatal tão gravosa para a vida do sujeito de direito precisa ser bem explicado, a fim de que se faça um rígido controle da coerência entre seu conceito e sua aplicação, para promover a segurança jurídica e a fiscalização do exercício do *jus puniendi* estatal.

A vulneração do instituto, especialmente no âmbito internacional, também é uma razão para conhecer melhor sua aplicação e sua essência. O debate entre a manutenção e a reforma da exigência de dupla incriminação², travado diante da forte demanda pela cooperação internacional em matéria penal e maximização da persecução eficiente da criminalidade transnacional³, exigirá, mais cedo ou mais tarde, um posicionamento do Brasil. No contexto de dúvida em relação ao debate – que tem motivação legítima – é imperativo compreender qual o papel do instituto no contexto da extradição e avaliar os

¹ WILLIAMS, Sharon A. The double criminality rule revisited, **Israel Law Review**, v. 27, 1993, p. 298.

² Ultimamente, o instituto tem enfrentado forte rechaço e sua dispensabilidade tem sido apregoada energicamente, em razão da consolidação do mandado europeu de detenção e entrega, um mecanismo de cooperação mais eficiente e marcado por pouca burocracia, mas também por deixar os direitos do indivíduo mais vulneráveis (ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO E SILVA, G. E. do. **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo: Editora Saraiva, 2002, p. 401).

³ Esse fenômeno, em grande escala, é descrito por Silva Sánchez ao tratar da expansão do Direito Penal. Ele aduz que diante da integração e da globalização, o Direito Penal, uma manifestação jurídica típica dos Estados nacionais do século XIX, vê-se obrigado a se reinventar com um objetivo eminentemente prático: aplacar a nova criminalidade que surgia. Apesar de não abordar especificamente o problema sob a ótica da cooperação internacional, Silva Sánchez trata rapidamente da “crise do princípio da territorialidade” (SILVA SÁNCHEZ, Jesús María. **A expansão do Direito Penal. Aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 125), referindo-se a uma expansão da intervenção penal em função da tendência à aplicação extraterritorial das legislações. (Ibid., p. 102-125). Essa expansão referida por Silva Sánchez se conecta intimamente com o tema desse trabalho, pois a cooperação internacional representa a assistência dada por um país para que outro país consiga aplicar sua lei penal. Veja-se que, a depender da forma como é prestada essa assistência – seguindo os valores do ordenamento do país assistente ou do país assistido –, seria possível identificar uma extraterritorialidade anômala de uma lei penal ou processual penal.

componentes de sua exigência e dispensa no ordenamento. Se até mesmo a ausência de manifestação é uma tomada de posição, faz-se necessário angariar material para subsidiar a discussão da dispensa, releitura ou manutenção do requisito da exigência de dupla incriminação na extradição, inclusive para fundamentar uma possível opção político criminal futura, já que o Brasil ainda não conta com uma lei específica sobre a cooperação internacional em matéria penal.

A fim de atingir o objetivo de compreender o instituto da dupla incriminação no contexto da extradição, primeiramente elaborou-se – nos capítulos 1 e 2 - uma revisão da bibliografia disponível sobre o instituto e seu contexto, a fim de verificar o estado das discussões sobre o tema.

O capítulo 1 trata da extradição, ambiência onde se optou por situar a exigência de dupla incriminação para realizar o estudo ora apresentado. Nesse item, avalia-se sucintamente o regime jurídico da extradição e seu regramento no Brasil.

O capítulo 2, por sua vez, trata especificamente do instituto da dupla incriminação no contexto extradicional, apresentando-o e discutindo seu conceito, terminologia e características. Além disso, são explorados o histórico da exigência de dupla incriminação, seus fundamentos, sua regulamentação no direito brasileiro e os principais pontos de controvérsia da aplicação do instituto.

A partir desse ponto, foram formuladas quatro questões derivadas do problema inicial “como é entendido o instituto da dupla incriminação no Brasil?”, cujas respostas seriam capazes de proporcionar a compreensão do instituto. As perguntas elaboradas foram: a) “A partir de que substrato é feita a análise da dupla incriminação: dos fatos ou do tipo imputado ao extraditando?”; b) “Que critérios são avaliados para determinar a configuração da dupla incriminação?”; c) “Como deve ser interpretada a exigência de dupla incriminação: em concreto ou em abstrato?”; e, por fim, d) “Qual a fundamentação do instituto?”.

Tais questões foram utilizadas para guiar a investigação jurisprudencial levada a cabo em seguida, a qual envolveu uma avaliação qualitativa tendo por objeto acórdãos de julgamentos de processos de extradição submetidos ao crivo do Supremo Tribunal Federal (STF). Um formulário de levantamento de dados foi elaborado, a partir da revisão bibliográfica feita, para servir de instrumento para a coleta dos dados e posterior tratamento e apresentação. O capítulo 3 do trabalho aborda a metodologia em questão, adotada para realizar a pesquisa ora apresentada.

Por fim, o capítulo 4 apresenta e problematiza os resultados da investigação realizada, sempre no intuito de encontrar respostas para as questões formuladas inicialmente. Após uma breve apresentação da amostra, são discutidos o substrato da exigência de dupla incriminação, os critérios avaliados para sua configuração, seu critério hermenêutico e, por fim, sua fundamentação.

Uma vez introduzida a investigação realizada, passe-se à discussão do tema.

CONCLUSÃO

Esta investigação se propôs a compreender e identificar padrões na aplicação do instituto da dupla incriminação no âmbito da extradição no Brasil. Para isso, inicialmente, recortou-se o tema, introduzindo noções de direito extradicional, apresentou-se o instituto alvo da pesquisa e foram identificados seus principais problemas discutidos na aplicação, de acordo com a literatura nacional e internacional. Posteriormente, a partir do desenvolvimento dos critérios de problematização encontrados na literatura, executou-se uma análise qualitativa de uma amostra de julgados do Supremo Tribunal Federal (STF) de processos de extradição.

Foi possível constatar, primeiramente, que há uma carência na doutrina nacional sobre o tema da aplicação do requisito da dupla incriminação. Apesar disso, as fontes de direito estrangeiro sobre o tema são ricas no debate da aplicação do instituto e possibilitaram a identificação dos seus principais problemas, que guiaram a análise qualitativa realizada, os quais devem ser ora listados: o substrato de análise do instituto, os critérios para sua caracterização (em termos de tipicidade), o critério hermenêutico a ser adotado na prática e, por fim, sua fundamentação. A investigação através dos acórdãos do STF, por sua vez, desnudou a fragilidade da aplicação do instituto no Brasil. Malgrado seja um instituto tradicional, o debate da dupla incriminação é ainda incipiente.

No que tange o substrato da análise da dupla incriminação, concluiu-se que são utilizados os dois substratos referidos pela doutrina: a conduta atribuída ao extraditando e o tipo imputado ao extraditando. Verificou-se ainda que esses substratos podem ser encontrados isoladamente – um ou outro – ou em coexistência.

Constatou-se que a utilização da conduta atribuída ao extraditando como substrato se dá através de um raciocínio de subsunção da conduta à norma incriminadora brasileira ou do argumento da “previsão da conduta como crime em ambos os ordenamentos jurídicos”. Já a utilização do tipo imputado como substrato se dá através do cotejo entre elementos dos tipos penais e do argumento de “correspondência/analogia/equiparação” entre os tipos. Tais argumentos podem ser encontrados isoladamente ou em coexistência, que pode ser harmônica – o que conduz a uma hipótese muito interessante, mas bem rara, de avaliação bifásica da exigência de dupla incriminação – ou confusa e sem racionalidade – o que sugere que os substratos e os raciocínios deles derivados são pouco compreendidos

Constatou-se ainda que os discursos dos votos nos acórdãos estudados têm dificuldades em manter a coerência interna e utilizam constantemente argumentos que não conversam entre si. Isso foi verificado a partir da análise do uso dos argumentos de “irrelevância da divergência entre a nomenclatura dos tipos” e “irrelevância da divergência entre os elementos dos tipos”, ambos relacionados a uma avaliação da dupla incriminação calcada na subsunção do fato à norma ou, no mínimo, em uma comparação bem frouxa (e pouco convencional) dos tipos penais. Os dois argumentos, por vezes, são combinados com uma aplicação da regra da dupla incriminação, no caso concreto, que opta pela equiparação tradicional dos tipos como raciocínio para avaliação do instituto, em flagrante incongruência com a argumentação esgrimida.

A variedade de emprego dos substratos, dos raciocínios a eles associados e dos argumentos de irrelevância da divergência entre nomenclaturas e entre elementos dos tipos conduz à conclusão de que não há uma regra ou critérios (ao menos não de forma explícita e consciente) para orientar a escolha do substrato da análise da exigência de dupla incriminação. Trata de uma operação guiada no caso a caso, o que gera insegurança e pode ocasionar injustiças, pois os substratos e os raciocínios a eles relacionados muitas vezes podem implicar soluções diferentes para um mesmo problema.

Em relação aos critérios para determinar a configuração da dupla incriminação no âmbito da tipicidade, tendências distintas coexistem. Algumas constatações apontam para a identificação da dupla incriminação com uma verdadeira análise de tipicidade. É o caso da avaliação das normas de extensão da tipicidade de participação e tentativa que, apesar de pouco suscitadas, costumam ser avaliadas na aplicação da dupla incriminação sempre que invocadas. Cite-se também a avaliação das regras de concurso de normas, seja ele real ou aparente, que é feita como padrão no âmbito da análise da exigência de dupla incriminação.

Por outro lado, há também verificações que indicam um afastamento da análise da dupla incriminação de uma análise de tipicidade do fato. Constatou-se, primeiramente, que o elemento subjetivo do tipo não é avaliado como regra. Apesar disso, considerando a motivação do afastamento do debate do elemento subjetivo, levanta-se a hipótese de sua apreciação desde que não seja necessária apreciação de material probatório. Além da não avaliação do elemento subjetivo, há controvérsia em relação à obediência da regra da anterioridade da lei penal no bojo da avaliação da dupla incriminação. A anterioridade da lei penal é, em padrão, obedecida, mas verificou-se que há um precedente a sustentar a tese de extradição para condutas que não encontrassem, à época de seu cometimento, lei penal

que as definissem como crime. A mesma insegurança se repete no que atine à análise do critério da norma remetida: há, por um lado, um número significativo de decisões, com uma argumentação coerente, que sinaliza a avaliação da norma remetida no âmbito da dupla incriminação, por outro lado, há uma única decisão que ignora a questão frente a um claro ensejo para sua análise, dando a entender uma escolha pela irrelevância da norma remetida na avaliação da dupla incriminação. Para ser típico, o ato precisa apresentar o elemento subjetivo, o tipo a ele imputado precisa ser anterior ao ato e, por fim, a conduta precisa se subsumir integralmente à norma incriminadora, inclusive às normas remetidas. Assim, as três constatações anteriores, evidentemente, apontam uma tendência de distanciamento da avaliação da dupla incriminação da análise de tipicidade da conduta do extraditando.

No que tange à hermenêutica da exigência de dupla incriminação, concluiu-se que o instituto é interpretado de acordo com a vertente em abstrato, afastando a análise da ilicitude, culpabilidade e punibilidade. Constatou-se que raramente é suscitada a questão da licitude da conduta e, mesmo quando invocado, o tema não é objeto de avaliação. A culpabilidade do agente também não costuma ser suscitada e, mesmo quando é, se fundamenta em razões outras que não a hermenêutica em concreto do instituto da dupla incriminação e não logra sucesso. Por fim, a punibilidade costuma ser objeto de avaliação nos acórdãos da amostra, mas não é considerada um critério para avaliar a exigência de dupla incriminação. Da análise da fundamentação dos acórdãos, foi possível concluir que sua avaliação se dá em razão de ser considerada um requisito autônomo da extradição.

Por fim, não foi possível identificar a fundamentação dada ao instituto em sua aplicação. Há apenas um acórdão que faz referência à segurança jurídica, de modo que é seguro concluir pela ausência de discussão sobre o fundamento do instituto em sua aplicação. Isso sustenta a afirmação de que a aplicação da regra da exigência de dupla é quase mecânica e não se compromete com a identificação da função do instituto no sistema extradicional.

Por fim, conclui-se pela necessidade de enfrentamento aprofundado dos temas do substrato da análise de dupla incriminação, bem como a consequente avaliação do raciocínio que a subjaz, da fundamentação do instituto e dos critérios para avaliação da sua configuração. Só a discussão desses temas, especialmente no STF, com a definição de critérios firmes, vai trazer segurança para a abordagem do instituto e garantir a racionalidade dos critérios de decisão dos pedidos de extradição.

REFERÊNCIAS

ABADE, Denise Neves. **Direitos Fundamentais na Cooperação Jurídica Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2013.

ACCIOLY, Hildebrando. **Tratado de Direito Internacional Público**. 2. ed. Rio de Janeiro, 1956.

_____; NASCIMENTO E SILVA, G. E. do. **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

_____; _____. CASELLA, Paulo B. **Manual de direito internacional público**. 19. ed., de acordo com o parecer da Corte Internacional de Justiça sobre a independência do Kosovo, de 22 de julho de 2010. São Paulo, Editora Saraiva, 2011.

AMARAL JUNIOR, Alberto do. **Introdução ao direito internacional público**. São Paulo: Atlas, 2008.

AMBOS, Kai. La internacionalización del Derecho penal y América Latina. In.: LOSANO, Mario G.; CONDE, Francisco Muñoz (Coord). **El derecho ante la globalización y el terrorismo**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2004.

_____. **Parte general del derecho penal internacional**: bases para una elaboración dogmática. Montevideo: Fundación Konrad Adenauer, 2005.

ARANGÜENA FANEGO, Coral (Coord.). **Cooperación judicial penal em la Unión europea**: la orden europea de detención y entrega. Valladolid: Lex Nova, 2005.

ARAS, Vladimir. Cooperação Penal Internacional no projeto do novo CPP. In: ALVES, Leonardo Barreto Moreira; ARAÚJO, Fábio Roque (Coord.). **O projeto do novo Código de Processo Penal**. Salvador: Jus Podivm, 2012. p. 595-631.

_____. PELELLA, Eduardo. Os caminhos para Roma. **Folha de São Paulo**, 18 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaao/208642-os-caminhos-para-roma.shtml>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

ARAÚJO, Nádia. A importância da Cooperação Jurídica Internacional para a Atuação do Estado Brasileiro no Plano Interno e Internacional. In: **Manual de Cooperação Jurídica**

Internacional e Recuperação de Ativos – Matéria Civil. Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, Secretaria Nacional de Justiça, Ministério da Justiça. 1. ed. Brasília, 2008. p.39-55.

ARAÚJO JÚNIOR, João Marcello; CERVINI, Raúl. Cooperação penal internacional: conceitos e limites. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, 1997.

ASSOCIATION INTERNATIONALE DE DROIT PÉNAL. **Résolutions des Congrès de l'Association Internationale de Droit Pénal (1926-2014)**. Disponível em: <<http://www.penal.org/sites/default/files/RIDP86%201-2%202015%20EN.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2016.

ASP, Petter. Mutual Recognition and the development of criminal law cooperation within the EU. In.: HUSABO, Erling Johannes; STRANDBAKKEN, Asbjørn (Ed.). **Harmonization of criminal law in Europe**. Antwerp: Intersentia, 2005

_____; FRÄNDE, Dan; HIRSCH, Andrew von. Double Criminality and Transnational Investigative Measures in EU Criminal Proceedings: Some Issues of Principle. **Zeitschrift für Internationale Strafrechtsdogmatik online**, v. 11, 2006. p. 512-520. Disponível em: <http://www.zis-online.com/dat/artikel/2006_11_85.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2016.

AUSTRALIA. Federal Court of Australia. **Dutton v O'Shane** [2003] FCAFC 195, JUDGES FINN, DOWSETT & CONTI JJ, Sidney, 26 Aug. 2003. Disponível em: <<https://jade.io/article/100565>>. Acesso em: 26 out.2016.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios**. Da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 12. ed. ampl. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

BALTHAZAR JÚNIOR, José Paulo; LIMA, Luciano Flores de (Org.). **Cooperação jurídica internacional em matéria penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010.

BASSIOUNI, M. Cherif. Un planteamiento estratégico y comprehensivo de cooperación internacional para la prevención, control y represión de la criminalidad internacional y transnacional, incluyendo la creación de un tribunal internacional. **Anuario de derecho penal y ciencias penales**, Madrid, v. 45, n. 2, mai./ago, 1992. p. 665-680.

_____. WISE, E. **Aut Dedere Aut Judicare: The Duty to Extradite or Prosecute in International Law**. Leiden: Martinus Nijhoff, 1995.

BANTEKAS, Ilias. **International Criminal Law**. 4. ed. Oxford and Portland: Hart Publishing, 2010.

BATTAGLINI, Giulio. **Direito penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva/Edusp, 1973. 2 v.

BECHARA, Fábio Ramazzini. Criminalidade organizada e procedimento diferenciado: entre eficiência e garantismo. In: COSTA, José de Faria; SILVA, Marco Antonio Marques da. **Direito penal especial, processo penal e direitos fundamentais**: visão luso-brasileira. São Paulo: Quartier Latin, 2006. p. 909-937.

_____. **Cooperação jurídica internacional em matéria penal**. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. Cooperação jurídica internacional: equilíbrio entre eficiência e garantismo. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional. **Manual de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos**: cooperação em matéria penal. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

BELOTTO, Ana Maria de Souza; MADRUGA, Antenor; TOSI, Mariana Tumbiolo. Dupla incriminação na cooperação jurídica internacional. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, ano 20, n. 237, ago. 2012. p. 15-16. Disponível em: <http://www.ibccrim.org.br/site/boletim/exibir_artigos.php?id=4678>. Acesso em: 12 mar. 2013.

BERDUGO GÓMEZ DE LA TORRE, Ignacio. **Lecciones de derecho penal**: parte general. 2. ed. Barcelona: Praxis, 1999. 440 p.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: Parte geral. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BORIÓ NIETO, José J. Cooperación internacional para combatir la delincuencia organizada transnacional. *Iter Criminis*: **Revista de Ciencias Penales**, n. 7, jul./set. 2003. p. 45-76.

BRASIL. **Lei 2.416, de 28 de junho de 1911**. Regula a extradição de nacionaes e estrangeiros e o processo e julgamento dos mesmos, quando, fóra do paiz, perpetrarem algum dos crimes mencionados nesta lei. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-2416-28-junho-1911-579206-publicacaooriginal-102088-pl.html>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 13.414, de 15 de janeiro de 1919.** Promulga o Tratado de Extradicação de criminosos, entre os Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguai. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13414-18-janeiro-1919-571130-publica-caoriginal-94214-pe.html>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 16.925, de 27 de maio de 1925.** Promulga o Tratado de Extradicação de criminosos entre o Brasil e o Paraguai. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=32321&norma=47959>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 18.871, de 13 de agosto de 1929.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18871-13-agosto-1929-549000-publicacaooriginal-64246-pe.html>>. Acesso em: 11 out. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 23.997, de 13 de março de 1934.** Tratado de Extradicação entre o Brasil e a Suíça. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=23997&tipo_norma=DEC&data=19340313&link=s>. Acesso em: 21 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 1.888, de 17 de agosto de 1937.** Tratado de Extradicação entre o Brasil e o Chile. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1888&tiponorma=DEC&data=19370817&link=s>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 2.535, de 22 de março de 1938.** Tratado de Extradicação entre o Brasil e o México. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=2535&tipo_norma=DEC&data=19380322&link=s>. Acesso em: 21 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 41.909, de 29 de julho de 1957.** Tratado de Extradicação entre o Brasil e a Bélgica. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=41909&tipo_norma=DEC&data=19570729&link=s>. Acesso em: 21 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 62.979, de 11 de julho de 1968.** Tratado entre Brasil e Argentina. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoTratadoExtradicaoTextual/anexo/dec_62979_tratado_bra_arg.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. **Lei 6.368/76, de 21 de outubro de 1976.** Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem

dependência física ou psíquica, e dá outras providências. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6368.htm>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. **Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L6815.htm>. Acesso em: 01 jul. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 fev. 2012.

BRASIL. **Decreto n 863, de 09 de julho de 1993**. Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0863.htm>. Acesso em: 21 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto n 2.010, de 23 de setembro de 1996**. Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a Austrália. Disponível em:
<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=122416&norma=144343>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradicação nº 683**. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, 20 de novembro de 1996. Disponível em:
<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=563317>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 2.347, de 10 de outubro, de 1997**. Promulga o Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Disponível em:
<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=125359&norma=147174>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradicação nº 717**. Relator: Ministro Octavio Gallotti. Brasília, 25 de março de 1998. Disponível em:
<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=324902>>. Acesso em: 05 out. 2016.

BRASIL. **Decreto n 4.152, de 07 de março de 2002**. Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República da Coreia. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4152.htm>. Acesso em: 22 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 4.975, de 30 de janeiro de 2004.** Promulga o Acordo de Extradicação entre os Estados Partes do Mercosul. Disponível em:
<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=25725&norma=238288>>. Acesso em: 22.ago. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 1.325, de 02 de dezembro de 2004.** Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa Portuguesa. Disponível em:
<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=118155&norma=140309>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradicação nº 977.** Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, 25 de maio de 2005. Disponível em:
<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=362737>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradicação nº 968.** Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, 11 de maio de 2006. Disponível em:
<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=362725>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 5.853, de 19 de julho de 2006.** Promulga o Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5853.htm>. Acesso em: 22 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 5.867, de 03 de agosto de 2006.** Promulga o Acordo de Extradicação entre os Estados Partes do Mercosul e a República da Bolívia e a República do Chile. Disponível em:
<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=233558&norma=254608>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradicação nº 1028.** Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, 10 de agosto de 2006. Disponível em:
<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=362763>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradicação nº 1.029.** Relator: Ministro Cezar Peluso. Brasília, 13 de setembro de 2006. Disponível em:
<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=390656>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.004**. Relator: Ministro Sepúlveda Pertence. Brasília, 15 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=404086>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 6.056, de 06 de março de 2007**. Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a Federal da Rússia. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/94910/decreto-6056-07>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 990**. Relatora: Ministra Cármen Lúcia. Brasília, 20 de junho de 2007. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=474592>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1045**. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, 21 de junho de 2007. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=474598>>. Acesso em: 08.nov.2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.064**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, 09 de agosto de 2007. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=486686>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1103**. Relator: Ministro Eros Grau. Brasília, 13 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=559783>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.068**. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, 12 de março de 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=521641>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.104**. Relator: Ministro Cezar Peluso. Brasília, 14 de abril de 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=528725>>. Acesso em: 9 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.082**, julgado pelo Tribunal Pleno, em 19 de junho de 2008, relatoria do Min. Celso de Mello. Disponível em:

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=540701>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.115**. Relator: Ministro Cezar Peluso. Brasília, 18 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=558555>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.145**. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, 18 de dezembro de 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=578214>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 6.738**, de 12 de janeiro de 2009. Tratado de Extradição entre Brasil e República Dominicana. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=237372&norma=258288>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.051**. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, 21 de maio de 2009. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=599164>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 974**. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, 06 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=606492>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.171**. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, 19 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612468>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.204**. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília, 17 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=621138>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.15**. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, 17 de março de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=623126>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradução nº 1.150**. Relatora: Ministra Cármen Lúcia. Brasília, 19 de maio de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=624223>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradução nº 1.196**. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília, 16 de junho de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=627912>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradução nº 1.233**. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília, 09 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=627103>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradução nº 1.239**. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília, 13 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1834232>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradução nº 1.252**. Relatora: Ministra Cármen Lúcia. Brasília, 08 de maio de 2012. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3962731>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradução nº 1.256**. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília, 14 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=2648537>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradução nº 1.292**. Relatora: Ministra Rosa Weber. Brasília, 16 de abril de 2013. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3930015>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradução nº 1.299**. Relatora: Ministra Cármen Lúcia. Brasília, 10 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4568190>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradução nº 1.214**. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, 10 de dezembro de 2013. Disponível em: <

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5342075>>. Acesso em: 09.nov.2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.271**. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, 10 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5342075>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.272**. Relator: Ministro Teori Zavascki. Brasília, 11 de março de 2014. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5519795>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1284**. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, 09 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6820279>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 08 ago. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.373**. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília, 12 de maio de 2015. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=8773435>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.372**. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília, 02 de junho de 2015. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=8725899>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.375**. Relator: Luiz Fux. Brasília, 25 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=9584385>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Mandado de Segurança nº 33.864**. Relator: Min. Roberto Barroso. Brasília, 19 de abril de 2016. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=11685796>>. Acesso em: 14 jul. 2016

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Acompanhamento processual da Extradicação nº 1.462**. [2016] Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=5002140>>. Acesso em: 14.07.2016

BRUNO, Aníbal. **Direito Penal**: parte Geral. Rio de Janeiro: Forense, 1959. 407 p., Tomo 1.

_____. Teoria da lei penal. **Revista de Direito Penal**, Rio de Janeiro, n. 5, p.99-115, jan./mar. 1972

BUSATO, Paulo César. **Direito Penal**: parte geral. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2015.

CABO, Antonio de; MARTÍNEZ SIERRA, José Manuel; BALBUENA, Arminda. El caso Pinochet: un análisis jurídico. In: CABO, Antonio de; PISARELLO, Gerardo (Eds.). **Constitucionalismo, mundialización y crisis del concepto de soberanía**: algunos efectos en América Latina y en Europa. Alicante: Universidad de Alicante, 2000. 186 p. p.85-107.

CAFFARENA, Borja Mapelli; GONZÁLEZ CANO, María Isabel. **El traslado de personas condenadas entre países**. Madrid: Mc Graw Hill, 2001.

CARRIZO GONZÁLEZ, Adán. La colaboración entre estados en el ámbito penal: técnicas de cooperación jurídica internacional. In: DIEGO DIAZ-SANTOS, Maria Rosario; SÁNCHEZ LÓPEZ, Virginia (Coord.). **Hacia un derecho penal sin fronteras**. Madrid: Colex, 2000. p.149-160.

CARVALHO RAMOS, André de. **Processo internacional de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2012.

CAMARA FEDERAL. **Inteiro Teor do PL 8045/2010, apresentado em 20 de dezembro de 2010**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5F0BB2033D48B9761D4012B050469CF8.proposicoesWebExterno1?codteor=831788&filename=PL+8045/2010>. Acesso em: 08 ago. 2016.

CEREZO MIR, José. **Obras completas**: Derecho Penal; parte general. Lima: Ara Editores, 2006. 206 p., t. I.

CERVINI, Raúl. **La cooperación judicial penal internacional**: concepto y proyección. [S.l.: s.n.], [1994]. Disponível em:
<http://www.derechointernacional.net/privado_lp/index.php?option=com_content&view=article&id=204:cervini-cooperacion-judicial-penal&catid=442:derecho-procesal>. Acesso em: 14 mar. 2013.

_____; TAVARES, Juarez. **Princípios de cooperação judicial penal internacional no Protocolo do Mercosul**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

CEZÓN GONZÁLEZ, Carlos. **Derecho extradicional**. Madrid: Dykinson, 2003. 306 p. (Estudios Penales).

CHOUKR, Fauzi Hassan; PAGLIARINI, Alexandre Coutinho (Coord.). **Cooperação jurídica internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. 434 p.

COBO DEL ROSAL, Manuel; VIVES ANTÓN, Tomás Salvador. **Derecho Penal**: parte general. 5. ed. cor., aum. e atual. Valencia: Tirant lo Blanch, 1999, 998 p.

CONSELHO DA EUROPA. **Convenção Europeia de Exatidão e Protocolos Adicionais**. [1977] Disponível em:
<http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=2001A0005&nid=2001&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao=#artigo>. Acesso em: 11.out.2016

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. Trad. Magda Lopes; Consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição: Dirceu da Silva.

CREUS, Carlos. **Derecho Penal**: parte general. 4. ed. Buenos Aires: Astrea, 1996. 546 p.

CURY URZUA, Enrique. **Derecho Penal**: parte general, 2.ed. atual. Santiago: Jurídica de Chile, 1999. 385 p., t. 1.

CUESTA, José Luis de la (Ed.). Resolutions of the Congresses of the International Association of Penal Law (1926-2004). **Nouvelles Études Pénales**, Toulouse, n. 21, 2009.

DAVIN, João. **A criminalidade organizada transnacional**. Coimbra: Almedina, 2007.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza. **A extradição no alvorecer do século XXI**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção Sociologia).

DÍAZ ROCA, Rafael. **Derecho Penal General**: ley orgánica 10/1995, de 23 de noviembre. Madrid: Tecnos, 1996. 346 p.

DOTTI, René Ariel. **Curso de Direito Penal**: parte geral. 4.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. 862 p.

DUGARD, John; WYNGAERT, Christine Van de. Reconciling Extradition with Human Rights. **American Journal of International Law**, Apr. 1998. p. 187-212.

ESER, Albin; LAGODNY, Otto; BLAKESLEY, Christopher L. (Ed.). **The individual as subject of international cooperation in criminal matters**: a comparative study. Baden-Baden: Nomos, 2002.

ESTADOS UNIDOS. Suprema Corte. **Reza EMAMI, Petitioner-Appellant, v. UNITED STATES DISTRICT COURT FOR the NORTHERN DISTRICT OF CALIFORNIA, Respondent-Appellee**, Federal Republic of Germany, Real Party in Interest. Disponível em: <<https://law.resource.org/pub/us/case/reporter/F2/834/834.F2d.1444.86-2237.html>>. Acesso em: 29 out. 2016.

ESTELLITA, Heloisa. Cooperação internacional penal passiva e garantias processuais do afetado. In.: SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; RASSI, João Daniel (Org.). **Estudos em homenagem a Vicente Greco Filho**. São Paulo: LiberArs, 2014. p. 199-208.

ETCHEBERRY, Alfredo. **Derecho penal**: parte general. 3. ed. Santiago: Juridica de Chile, 1997. 359 p., t. 1.

FAYET JÚNIOR, Ney; KERN, Luíza. Da extradição e da prescrição penal. In: FAYET JÚNIOR, Ney (Coord.). **Prescrição penal**: temas atuais e controvertidos; doutrina e jurisprudência. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013. 175 p., v. 4. p.143-164.

FERNANDES, Antonio Scarance; ZILLI, Marcos Alexandre (Coord.). **Direito Processual Penal Internacional**. São Paulo: Atlas S.A., 2013.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Lições de direito penal**: parte geral. 2. ed. São Paulo: José Bushatsky, 1977. 347 p.

GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E DIREITO COMPARADO. **Resolução da Assembleia da República nº 23/89, de 21 de agosto**: Convenção Europeia de Extradução (nº 024) e Protocolos Adicionais. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/textos-mpenal/ce/rar-23-dr-191-1989.html>>. Acesso em: 11 out.2016.

GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E DIREITO COMPARADO. **Resolução da Assembleia da República n.º 40/98, de 05 de setembro**: Convenção relativa à Extradução entre os Estados Membros da União Europeia. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/textos-mpenal/ue/rar-40-1998.html>>. Acesso em: 16.out.2016.

GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E DIREITO COMPARADO. Governos dos Estados da União Económica BENELUX; República Federal da Alemanha; República da França. **Texto da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen**, de 14 de Junho de 1985 entre os Governos dos Estados da União Económica Benelux, da República Federal Alemanha e da República Francesa Relativo à Supressão Gradual dos Controlos nas Fronteiras Comuns. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/textos-mpenal/ue/schb-9.html>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

GARCÍA CAVERO, Percy. **Lecciones de derecho penal**: parte general. Lima: Grijley, 2008. 823 p.

GARCÍA SÁNCHEZ, Beatriz. **La extradición en el ordenamiento interno español, internacional y comunitario**. Granada: Comares, 2005. 510 p. (Estudios de derecho penal, 69).

GARDOCKI, Lech. Double Criminality in Extradition Law. **Israel Law Review**, v. 27, 1993. p. 288-296.

GARZÓN REAL, Baltasar. Cooperación jurídica internacional en el ámbito del blanqueo de dinero y espacio de seguridad, libertad y justicia en la Unión Europea. In: ZARAGOZA AGUADO, Javier Alberto (Dir.). **Prevención y represión del blanqueo de capitales**. Madrid: Consejo General del Poder Judicial, 2000. p.417-444.

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. **Bases para uma Teoria Geral da Parte Especial do Direito Penal**. 2012. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

HAFEN, Jonathan O. International extradition: issues arising under the dual criminality requirement. **Brigham Young University Law Review**, Provo, v. 18, n. 1, 1992. p. 191-230. Disponível em: <<http://lawreview.byu.edu/archives/1992/1/haf.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

HASSEMER, Winfried. **Fundamentos del derecho penal**. Barcelona: José María Bosch, 1984. 428 p.

HOEK, Aukje A. H. van; LUCHTMAN, Michiel J. J. P. Transnational cooperation in criminal matters and safeguarding of human rights. **Utrecht Law Review**, Utrecht, v.1, issue 2, December 2005. p. 1-39

HORTA, Frederico. **Elementos normativo das leis penais e conteúdo intelectual do dolo**. São Paulo: Marcial Pons, 2016.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano; PUGLIESE, Yuri Sahione. A cooperação internacional em matéria penal no direito brasileiro. In: CHOUKR, Fauzi Hassan; PAGLIARINI, Alexandre Coutinho (Coord.). **Cooperação jurídica internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. 434 p. p.197-223.

JIMÉNEZ DE ASÚA, Luis. **Tratado de derecho penal**. 5.ed. atual. Buenos Aires: Losada, 1992. v. 1. 1435 p.

KLEEBANK, Susan. **Cooperação judiciária por via diplomática avaliação e propostas de atualização do quadro normativo**. Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Brasília, Instituto Rio Branco/Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAMARCA PÉREZ, Carmen. La idea del espacio judicial común y su posible incidencia en la legislación de extradición pasiva. **Revista de Derecho Penal y Criminología**. n. 3, 1993. p. 287-307.

LISBOA, Carolina Cardoso Guimarães. Alguns aspectos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em tema de extradição. In: FÉRES, Marcelo Andrade; CARVALHO, Paulo Gustavo M. **Processo nos tribunais superiores: de acordo com a emenda constitucional n. 45/2004**. São Paulo: Saraiva, 2006. p.581-594.

LISZT, Franz von. **Tratado de derecho penal**. 4. ed. Madrid: REUS, 1999. 3t.

LUIZI, Luiz. **Os princípios constitucionais penais**. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003.

LUZÓN PEÑA, Diego-Manuel. **Curso de derecho penal**: parte general. Madrid: Universitas, 1996. v. 1 . 651 p.

MACHADO, Maíra Rocha; BRAGA, Marco Aurélio Cezarino. A cooperação penal internacional no Brasil. **Cadernos Direito GV**, São Paulo, v. 4, n.1, jan. 2007.

MADRUGA FILHO, Antenor. O Brasil e a jurisprudência do STF na idade média da cooperação jurídica internacional. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 13, n. 54, mai./jun. 2005. p. 291-311.

MANZANO, Luís Fernando de Moraes. Medidas de cooperação pessoais. In.: FERNANDES, Antonio Scarance; ZILLI, Marcos Alexandre Coelho. **Direito Processual Penal Internacional**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2013.

MAPELLI CAFFARENA, Borja; GONZÁLEZ CANO, María Isabel. **El traslado de personas condenadas entre países**. Madrid: McGraw-Hill, 2001. 328 p.

MARQUES, José Frederico. **Tratado de Direito Penal**. 1. ed. atual. Campinas: Bookseller editora e distribuidora, 1997. v. 1.

MARTÍNEZ-BUJÁN PÉREZ, Carlos. **Derecho penal económico y de la empresa**: parte general. 3. ed. Valencia: Tirant lo Blanch, 2011. 620 p. (Manuales)

MCCLEAN, J. David. **International co-operation in civil and criminal matters**. New York: Oxford University, 2002.

MELLO, Celso R. D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. 14. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.v. II.

_____. Extradução: algumas observações. In: TIBURCIO, Carmen; BARROSO, Luís Roberto (Org.). O direito internacional contemporâneo: estudos em homenagem ao Professor Jacob Dolinger. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

MEIRELLES, Adriana Beckman (Trad.) et al. **Direito penal**: fundamentos, estrutura, política. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008. 336 p.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Tratados de Extradicação**. [2016] Disponível em: <<http://www.internacional.mpf.mp.br/normas-e-legislacao/tratados/tratados-de-extradicao>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

OLIVÉ, Juan Carlos Ferré, et al. **Direito penal brasileiro**; parte geral: princípios fundamentais e sistema. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. 795 p.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Carta de Organização dos Estados Americanos**. Reformada pelo Protocolo de Buenos Aires em 1967, pelo Protocolo de Cartagena das Índias em 1985, pelo Protocolo de Washington em 1992 e pelo Protocolo de Manágua em 1993. 27 fev. 1967. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OEA-Organiza%C3%A7%C3%A3o-dos-Estados-Americanos/carta-da-organizacao-dos-estados-americanos.html>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolution 2625 (XXV)**, General Assembly, 24 October 1970, Declaration on Principles of International Law concerning Friendly Relations and Co-operation among States in accordance with the Charter of the United Nations. New York, 24 October 1970. Disponível em: <<http://daccess-ddsny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/348/90/IMG/NR034890.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

_____. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco, 26 de junho de 1945. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10134.htm>. Acesso em: 21 jun. 2015.

PÉREZ, Luis Carlos. **Tratado de derecho penal**. Bogotá: Temis, 1967. Tomo I. 645 p., Tomo I.

_____. La irretroactividad y la extradición. **Revista de Derecho Penal**, Bogotá, n. 3, out./nov. 1997. p.30A-30H.

PINTO, Ricardo M. El control del lavado de dinero y la cooperación penal internacional en el Mercosur. **Revista de Derecho Penal**, Buenos Aires, n. 1, 2004. p. 267-300.

PLACHTA, Michael. The Role of Double Criminality in International Cooperation in Penal Matters. In.: JAREBORG, Nils (Ed.). **Double Criminality**. Studies in International Criminal Law. Uppsala: Iustus Forlag, 1989. p. 84-134.

_____. **Transfer of prisoners under international instruments and domestic legislation.** Freiburg im Breisgau: Max-Planck Institut, 1993. 565 p.

PORTUGAL. **Decreto-Lei 48/95, de 15 de março de 1995.** Disponível em: <http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=109A0221&nid=109&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao=#artigo>. Acesso em: 11 out. 2016.

PORTUGAL. **Resolução da Assembleia da República nº 40/98, de 05 de Setembro de 1998:** Convenção relativa à Extradicação entre os Estados Membros da União Europeia. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/textos-mpenal/ue/rar-40-1998.html>>. Acesso em: 17 out. 2016.

PRADO, Luiz Regis. **Tratado de direito penal brasileiro** - parte geral: introdução, história, lei penal, princípios e bem jurídico. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. v.1, 430 p.

QC, Gavan Griffith; HARRIS, Claire. Recent development in the law of Extradition. **Melbourne Journal of International Law**. v. 6. 2005.

QUINTERO OLIVARES, Gonzalo. **Curso de Derecho Penal.** Parte General. Barcelona: Cedecs Editorial S.L., 1996.

REALE JÚNIOR, Miguel. **Instituições de direito penal:** parte geral. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. 540 p.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público.** Curso elementar. 10. ed. inteir. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005.

RIPOLLÉS, Antonio Quintano. **Tratado de Derecho Penal Internacional e Internacional Penal.** Madrid: Instituto Francisco de Vitoria, 1957.

RUSSOMANO, Gilda Maciel Corrêa Meyer. **A extradição no direito internacional e no direito brasileiro.** 3a. ed., rev. e atualizada, inclusive com a Lei nº 6,815/80 - Novo Estatuto do estrangeiro. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1981.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal.** Parte geral. 4. ed.rev. ampl. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.

_____. **Direito Penal**. Parte geral. 6. ed. atual. e ampl. Curitiba: ICPC Cursos e Edições, 2014.

SANTOS, Danúbia Andrade da Silva; SILVA, Mariana Andreola de Carvalho; SERRANO JÚNIOR, Odoné. Lei penal no espaço. In: BUSATO, Paulo Cesar (Org.). **Fundamentos de direito penal**. Curitiba: Juruá, 2013. 314 p. (Direito penal baseado em casos)

SHEARER, I. A. **Extradition in International Law**. Manchester: Manchester University Press, 1971.

SILVA, Anamara Osório. **Dupla incriminação no direito internacional contemporâneo**. Análise sob a perspectiva do processo de extradição. 2014. 163 f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) – Faculdade de Direito. Universidade São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVA, Ricardo Perlingeiro Mendes da. Cooperação Jurídica Internacional e Auxílio Direto. In: BARROSO, Luis Roberto e TIBURCIO, Carmen (Org.). **O Direito Internacional Contemporâneo**. Estudos em homenagem ao Professor Jacob Dolinger, Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2006. p. 797-809.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús María. **A expansão do Direito Penal**. Aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

SLAUGHTER, Anne-Marie. Sovereignty and Power in a Networked World Order. **40 Stanford Journal of International Law**, 2004. p. 283-328.

SOUZA, Artur de Brito Gueiros. **As novas tendências do direito extradicional**. 2. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro, Renovar, 2013.

SOUZA, Carolina Yumi de. Cooperação jurídica internacional em matéria penal: considerações práticas. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, n. 71, mar./abr. 2008. p. 297-325.

_____. Cooperação jurídica internacional: medidas assecuratórias e devido processo legal: uma análise da lei aplicável e da dupla-incriminação. In.: VILARDI, Celso; PEREIRA, Flávia Rahal Bresser; DIAS NETO, Theodomiro. **Crimes financeiros e correlatos**. São Paulo: Saraiva – FGV, 2011. p. 227-275.

SOUZA, Solange Mendes de. **Cooperação jurídica penal no Mercosul**: novas possibilidades. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

STRENGER, Irineu. **Direito Processual Internacional**. São Paulo: Ed. LTr, 2003.

TERRAGNI, Marco Antonio. **Tratado de derecho penal**: parte general. Buenos Aires: La Ley, 2012. 925 p., t. 1.

TRASKMAN, Should we take the condition of double criminality seriously?. In.: JAREBORG, Neils. (ed.) JAREBORG, Nils (Ed.). **Double criminality**. Studies in International Criminal Law. Uppsala: Iustus Forlag, 1989. P. 135-155.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A personalidade e capacidade jurídicas do indivíduo como sujeito do direito internacional. In.: ANNONI, Danielle. **Os novos conceitos do novo direito internacional**. Rio Janeiro: América Jurídica, 2002. p. 1-30.

TROTTA, Sandro. **O lugar do crime no Mercosul**. 2011. 437 f. Tese (Doutorado em Altos Estudos Contemporâneos) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

UNIÃO EUROPEIA. 2002/584/JAI: **Decisão-quadro do Conselho**, de 13 de junho de 2002 relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membro. Versão em português. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32002F0584>>. Acesso em: 13 out. 2016.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. **Cooperação Judiciária em Matéria Penal no Âmbito do Terrorismo Transnacional**. Coimbra: Almedina, 2010.

VALLADÃO, Haroldo. **Direito Internacional Privado**, em base histórica e comparativa, positiva e doutrinária, especialmente dos estados americanos. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1978. v. III.

VEÇOSO, Fabia; et al. A pesquisa em Direito e as bases eletrônicas de julgados dos Tribunais. Matrizes de análise e aplicação no supremo tribunal federal e no superior tribunal de justiça. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 1, n. 1, jan. 2014. p. 105-139.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva. A extradição e seu controle pelo Supremo Tribunal Federal. In: BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. **Terrorismo e direito**: os impactos do

terrorismo na comunidade internacional e no Brasil: perspectivas político-jurídicas. Rio de Janeiro: Forense, 2003. 557 p. p.115-150.

VIADA, Natacha G. **Derecho penal y globalización**: cooperación penal internacional. Madrid: Marcial Pons, 2009. 199 p.

VIGNA, Piero L. La cooperación judicial frente al crimen organizado. In: YACOBUCCI, Guillermo Jorge. **El crimen organizado**: desafíos y perspectivas en el marco de la globalización. Buenos Aires: Ábaco de Rodolfo Depalma, 2005. p. 223-236 . (Biblioteca de estudios penales)

WEBER, Patrícia Núñez. **A cooperação jurídica internacional em medidas processuais penais**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2011.

WILLIAMS, Sharon A. The Double Criminality Rule and Extradition: a comparative analysis. **Nova Law Review**, v. 27, 1991. p. 581-624.

_____. The Double Criminality rule revisited. **Israel Law Review**, v. 27, 1993. p. 297-309.

WISE, Edward M. Some problems of extradition. **Wayne Law Review**, v. 15, 1968-1969. p. 709-731.

ZARAGOZA AGUADO, Javier Alberto. La cooperación judicial internacional en materia penal en el ámbito de la Unión Europea: especial referencia a la materia de las drogas. **Eguzkilore**: Cuaderno del Instituto Vasco de Criminología, San Sebastian, n. 15, 2001. p. 63-72.

ZILLI, Marcos Alexandre Coelho et al. In: AMBOS, Kai; MALARINO, Ezequiel (Coord.). **Cooperación y assistência judicial com la Corte Penal Internacional**. Bogotá: Konrad-Adenauer-Stiftung: Temis, 2007.

ZILIO, Jacson Luiz; LIMA, Luiz Gustavo Stefanuto de; PLANCHÁ SÁ, Priscilla. A questão da extradição. In: BUSATO, Paulo Cesar (Org.). **Fundamentos de direito penal**. Curitiba: Juruá, 2013. 314 p. p.197-211.

**APÊNDICE A - FORMULÁRIO PARA LEVANTAMENTO DE
DADOS EM ACÓRDÃOS DE JULGAMENTOS
DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DE
PEDIDO DE EXTRADIÇÃO**

Dados de identificação do acórdão	
1	Numeração da extradição:
2	Data de julgamento:
3	Ministro Relator (ou Relator para acórdão):
4	Estado requerente
5	Nacionalidade do Extraditando
6	Tipo de extradição: ☐ instrutória ☐ executória ☐ instrutória e executória ☐ nada consta

Dados relativos ao julgamento do pedido de extradição	
P.1	Resultado do pedido de extradição ☐ Deferimento ☐ Indeferimento ☐ Deferimento parcial
P.2	Há voto divergente? ☐ sim ☐ não

P.2A	Ministro relator do voto vencido
P.3	A divergência é relativa à exigência de dupla incriminação?
P.4	Crime(s) imputado(s) ao extraditando de acordo com o Estado requerente
P.5	Crime(s) configurado(s) de acordo com a legislação brasileira (atendendo à exigência de dupla incriminação)?
P.6	Presença do requisito da dupla incriminação? ☐ sim ☐ não ☐ parcial

Dados sobre o voto vencedor do julgamento do pedido de extradição	
P.7	Há indicação da(s) conduta(s) do extraditando que ensejou(aram) o pedido de extradição? ☐ Sim ☐ Não ☐ Misto
P.8	Há subsunção da(s) conduta(s) que enseja(m) o pedido de extradição à norma brasileira? ☐ Sim ☐ Não
P.8A	Há subsunção da(s) conduta(s) que enseja(m) o pedido de extradição à norma estrangeira? ☐ Sim ☐ Não
P.9	Há transcrição do texto das leis penais incriminadoras do ordenamento do

	<p>Estado requerente que compõem a acusação/condenação atinente ao pedido de extradição?</p> <p>☐ Sim</p> <p>☐ Não</p>
P.9A	<p>Há transcrição do texto das leis penais incriminadoras que se aplicariam de acordo com a legislação brasileira (atendendo à exigência de dupla incriminação)?</p> <p>☐ Sim</p> <p>☐ Não</p>
P.10	<p>Argumenta-se pela “previsão da conduta do extraditando como crime em ambos os ordenamentos jurídicos” ou “previsão da conduta como crime no ordenamento do Estado requerido”?</p> <p>☐ Sim</p> <p>☐ Não</p>
P.10A	<p>Argumenta-se pela “irrelevância da divergência entre a nomenclatura ou entre os elementos dos tipos do Estado requerente e do Estado requerido”?</p> <p>☐ Sim. Irrelevância da divergência de nomenclatura.</p> <p>☐ Sim. Irrelevância da divergência dos elementos do tipo.</p> <p>☐ Sim. Irrelevância da divergência de nomenclatura e dos elementos do tipo.</p> <p>☐ Não.</p>
P.11	<p>Há cotejo entre elementos do tipo da legislação do Estado requerente e elementos do tipo atribuído ao caso de acordo com a legislação brasileira?</p> <p>☐ Sim</p> <p>☐ Não</p>
P.12	<p>Argumenta-se pela “correspondência/analogia/cotejo/equivalência entre os tipos/crimes da legislação do Estado requerente e da legislação do Estado requerido” ou pela “previsão do crime também no ordenamento brasileiro”?</p> <p>☐ Sim</p>

	() Não
P.13	<p>Avalia-se a presença do elemento subjetivo (dolo ou culpa)?</p> <p>() Sim</p> <p>() Não</p> <p>() Não é suscitado no caso.</p>
P.14	<p>Avalia-se normas de extensão da tipicidade afetas à natureza da participação (autoria ou participação) do extraditando?</p> <p>() Sim</p> <p>() Não</p> <p>() Não é suscitado no caso.</p>
P.14A	<p>Avalia-se normas de extensão da tipicidade afetas à tentativa?</p> <p>() Sim</p> <p>() Não</p> <p>() Não é suscitado no caso.</p>
P.15	<p>Avalia-se a configuração de concurso de normas?</p> <p>() Sim, concurso aparente</p> <p>() Sim, concurso real</p> <p>() Não</p> <p>() Não é suscitado no caso.</p>
P.16	<p>Ao atribuir um tipo da legislação brasileira à conduta do extraditando, é respeitada a regra da anterioridade da lei penal?</p> <p>() Sim</p> <p>() Não</p>
P.17	<p>Nos casos de tipos que utilizam a técnica legislativa de remissão, avalia-se a norma remetida?</p> <p>() Sim</p> <p>() Não</p>

	() Não é suscitado no caso
P.18	Avalia-se a existência de causas justificantes da conduta? () Sim () Não () Não é suscitada no caso
P.18A	Se há avaliação de causas justificantes, quais são avaliadas? () legítima defesa () exercício regular de direito () estado de necessidade () estrito cumprimento de dever legal
P.19	Avalia-se a existência de dirimentes (causas de exclusão da culpabilidade) da conduta? () Sim. () Não () Não é suscitada no caso
P.19A	Se há avaliação de dirimentes, quais são avaliadas? () Inimputabilidade () Erro de proibição () Erro de tipo permissivo () Inexigibilidade de conduta diversa
P.20	Avalia-se a punibilidade do crime? () Sim () Não () Não é suscitada no caso
P.20A	A punibilidade é relacionada expressamente à exigência de dupla incriminação?

	☐ Sim ☐ Não
P.20B	Se há avaliação de punibilidade, quais aspectos são avaliados? ☐ Anistia ☐ Indulto ☐ Requisitos de procedibilidade da Ação Penal ☐ Prescrição
P.21	Argumenta-se pela segurança jurídica? ☐ Sim ☐ Não
P.22	Argumenta-se pelo respeito à soberania estatal? ☐ Sim ☐ Não
P.23	Argumenta-se pelo princípio da reciprocidade? ☐ Sim ☐ Não
P.24	Argumenta-se pelo princípio da legalidade? ☐ Sim ☐ Não
P.25	Argumenta-se pela proteção da política criminal do Estado requerido? ☐ Sim ☐ Não
P.26	Utiliza-se jurisprudência para abordar dupla incriminação? ☐ Para negar a presença da d.i. ☐ Para afirmar a presença da d.i. ☐ Não utiliza jurisprudência para discutir a d.i.

	() Utiliza ora para afirmar ora para negar (mais de um crime é avaliado)
P.26A	Qual a jurisprudência utilizada para abordar a d.i.?
P.27	<p>Utiliza-se doutrina para abordar a dupla incriminação?</p> <p>() Para negar a presença da d.i.</p> <p>() Para afirmar a presença da d.i.</p> <p>() Não utiliza doutrina para discutir a d.i.</p> <p>() Utiliza ora para afirmar ora para negar (mais de um crime é avaliado)</p>
P.27A	Qual a doutrina utilizada para abordar a d.i.?

APÊNDICE B – GUIA TERMINOLÓGICO

Foram compilados os nomes utilizados nos acórdãos para referir os tipos imputados ao extraditando no Estado requerente e os tipos atinentes às condutas dos extraditando de acordo com a legislação brasileira.

Classe	Tipos/nomenclaturas referidos nos acórdãos*
Crime falimentar	<ul style="list-style-type: none"> • Fraude em processo de falência
Crime fiscal	<ul style="list-style-type: none"> • Sonegação fiscal
Crimes contra a administração pública	<ul style="list-style-type: none"> • Corrupção ativa • Corrupção passiva • Desobediência • Enriquecimento ilícito • Pagamento de propina do sistema de saúde a terceiros • Peculato • Resistência • Suborno
Crimes contra a dignidade sexual	<ul style="list-style-type: none"> • Abuso sexual de menor • Agressão sexual • Atentado violento ao pudor • Crimes sexuais (agravados) • Estupro • Estupro de vulnerável • Exploração sexual • Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual • Lenocínio • Posse ou distribuição de pornografia infantil • Promoção de atuação sexual por menor • Prostituição de pessoa maior • Rufianismo • Tráfico (internacional) de pessoas para fins de exploração sexual • Violação da indenidade sexual de menor
Crimes contra a fé pública	<ul style="list-style-type: none"> • Falsificação de documento (agravada) • Falsidade ideológica • Falsidade informática • Adulteração de sinal identificado de veículo automotor • Produção de documentos falsos • Uso de documento falso

Crimes contra a liberdade individual	<ul style="list-style-type: none"> • Ameaça • Cárcere privado • Coação • Desaparecimento forçado de pessoas • Privação de liberdade • Privação de liberdade por funcionário público • Rapto (agravado) • Redução a condição análoga à de escravo • Sequestro (qualificado) • Sequestro de menor • Violação/Invasão de domicílio
Crimes contra a organização do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Angariação de mão de obra ilegal • Auxílio à imigração ilegal
Crimes contra a paz pública	<ul style="list-style-type: none"> • Associação criminosa/ilícita • Associação criminosa para o estelionato • Associação criminosa/Conspiração para lavagem de dinheiro • Associação criminosa/Conspiração para o tráfico de entorpecentes • Associação criminosa para violação de direitos autorais de software • Chefia de associação criminosa • Conspiração (<i>Conspiracy</i>)
Crimes contra a vida e integridade física	<ul style="list-style-type: none"> • Homicídio (qualificado) • Lesões corporais (qualificadas) • Maus tratos habituais • Maus tratos no âmbito familiar • Ofensa à integridade física • Omissão de socorro • Tortura
Crimes contra o patrimônio	<ul style="list-style-type: none"> • Abuso de cartão de crédito • Abuso de confiança • Burla (qualificada) • Declaração falsa a instituição financeira segurada por recursos federais • Estafa • Estelionato • Estelionato informático • Extorsão • Fraude • Fraude bancária • Furto • Rapina • Roubo (qualificado)
Lavagem de dinheiro	<ul style="list-style-type: none"> • Lavagem de dinheiro • Branqueamento de capitais

Porte ou posse de arma	<ul style="list-style-type: none">• Porte de arma branca imprópria• Porte ilegal de armas• Posse ilegal de armas• Posse ilegal de armas de guerra
Tráfico de entorpecentes	<ul style="list-style-type: none">• Tráfico ilícito de substâncias/entorpecentes/estupefacientes• Tráfico internacional de entorpecentes

APÊNDICE C – LISTA DOS ACÓRDÃOS UTILIZADOS NA PESQUISA QUALITATIVA POR ORDEM DE NUMERAÇÃO DO PEDIDO DE EXTRADIÇÃO

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 849**. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, 02 de abril de 2007. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=439242>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 928**. Relator: Ministro César Peluso. Brasília, 23 de fevereiro de 2006. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=325068>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 968**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, 11 de maio de 2006. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=362725>>. Acesso em: 9 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 974**. Relator: Ministro Ricardo Lewandoski. Brasília, 06 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=606492>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 982**. Relator: Ministro César Peluso. Brasília, 30 de março de 2006. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=362743>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 985**. Relator: Ministro Joaquim Barbosa. Brasília, 06 de abril de 2006. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=362747>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 990**. Relatora: Ministra Cármen Lúcia. Brasília, 20 de junho de 2007. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=474592>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 995**. Relator: Ministro Carlos Britto. Brasília, 18 de maio de 2006. Disponível em:

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=362755>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.028**. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, 10 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=362763>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.029**. Relator: Ministro César Peluso. Brasília, 13 de setembro de 2006. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=390656>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.045**. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, 21 de junho de 2007. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=474598>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.051**. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, 21 de maio de 2009. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=599164>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.060**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, 15 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=492842>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.064**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, 09 de agosto de 2007. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=486686>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.068**. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, 12 de março de 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=521641>>. Acesso em: 12.nov.2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.069**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, 09 de agosto de 2007. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=486688>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.070**. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, 04 de junho de 2009. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=600646>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.073**. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, 30 de abril de 2009. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=544017>>. Acesso em: 12 out. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.082**. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, 19 de junho de 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=540701>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.096**. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, 11 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=552035>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.103**. Relator: Ministro Eros Grau. Brasília, 13 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=559783>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.104**. Relator: Ministro Cezar Peluso. Brasília, 14 de abril de 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=528725>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.114**. Relatora: Ministra Cármen Lúcia. Brasília, 12 de junho de 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=542871>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.115**. Relator: Ministro Cezar Peluso. Brasília, 18 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=558555>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.121**. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, 18 de dezembro de 2009. Disponível em:

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612467>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.130**. Relator: Ministro Eros Grau. Brasília, 19 de dezembro de 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=586947>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.131**. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, 01 de julho de 2010. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=613303>>. Acesso em: 10. nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.133**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, 09 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=626312>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.139**. Relatora: Ministra Ellen Gracie. Brasília, 10 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=603317>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.145**. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, 18 de dezembro de 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=578214>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.150**. Relatora: Ministra Cármen Lúcia. Brasília, 19 de maio de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=624223>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.151**. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, 17 de março de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=623126>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.155**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, 09 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=626838>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.159**. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, 24 de junho de 2010. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612964>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.163**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, 20 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628244>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.165**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, 13 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1741214>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.171**. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, 19 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612468>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.175**. Relatora: Ministra Rosa Weber. Brasília, 27 de março de 2012. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1950360>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.178**. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília, 10 de junho de 2010. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=615643>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.182**. Relator: Ministro Ayres Britto. Brasília, 18 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=618080>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.184**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, 20 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628364>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.188**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, 08 de novembro de 2011. Disponível em:

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1591016>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.190**. Relatora: Ministra Cármen Lúcia. Brasília, 11 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/pesquisarInteiroTeor.asp#resultado>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.194**. Relator: Ministro Ayres Britto. Brasília, 11 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=618081>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.196**. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília, 16 de junho de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=627912>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.200**. Relatora: Ministra Ellen Gracie. Brasília, 17 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=618929>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.201**. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, 17 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=620544>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.204**. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília, 17 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=621138>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.211**. Relatora: Ministra Ellen Gracie. Brasília, 24 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=620991>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.212**. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília, 09 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=627246>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.214**. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, 10 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5342075>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.215**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, 09 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=627020>>. Acesso em: 09 nov 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.216**. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília, 02 de março de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=622954>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.218**. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, 15 de maio de 2012. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=2554402>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.225**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, 06 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=627720>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.226**. Relatora: Ministra Ellen Gracie. Brasília, 28 de junho de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=626907>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.232**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, 30 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3121039>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.233**. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília, 09 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=627103>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.235**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, 16 de outubro 2012. Disponível em:

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3064689>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.237**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, 23 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=627021>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.239**. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília, 13 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1834232>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.249**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, 06 de dezembro 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1643195>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.250**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, 11 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=2812589>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.252**. Relator: Ministro Cármen Lúcia. Brasília, 08 de maio de 2012. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3962731>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.253**. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, 25 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1642275>>. Acesso em: 06 nov. 2016

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.256**. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília, 14 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=2648537>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.259**. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília, 22 de maio de 2012. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=2161197>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.271**. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, 10 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5342075>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.272**. Relator: Ministro Teori Zavascki. Brasília, 11 de março de 2014. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5519795>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.273**. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, 14 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=2648094>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.275**. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília, 26 de junho de 2012. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=2542738>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.278**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, 18 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=2875328>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.284**. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, 09 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6820279>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.290**. Relatora: Ministra Rosa Weber. Brasília, 25 de junho de 2013. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4317454>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.292**. Relatora: Ministra Rosa Weber. Brasília, 16 de abril de 2013. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3930015>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.298**. Relatora: Ministra Rosa Weber. Brasília, 08 de outubro de 2013. Disponível em:

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4727716>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.299**. Relatora: Ministra Cármen Lúcia. Brasília, 10 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4568190>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.302**. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, 17 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7081233>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.303**. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, 30 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7025749>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.305**. Relatora: Ministra Rosa Weber. Brasília, 30 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7012761>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.306**. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, 29 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4953971>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.313**. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília, 19 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5042718>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.315**. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília, 10 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4634940>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.316**. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, 29 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4864073>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.319**. Relatora: Ministra Rosa Weber. Brasília, 20 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=9739877>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.335**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, 30 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6931990>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.340**. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília, 03 de março de 2015. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=8051645>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.346**. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília, 15 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10350738>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.355**. Relator: Ministro Cármen Lúcia. Brasília, 28 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7167196>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.356**. Relator: Ministro Teori Zavascki. Brasília, 28 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7196084>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.365**. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília, 24 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7972337>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.367**. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, 01 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=9398835>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.369**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, 29 de setembro de 2015. Disponível em:

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=9676623>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.372**. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília, 02 de junho de 2015. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=8725899>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição 1.373**. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília, 12 de maio de 2015. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=8773435>>. Acesso em: 13 nov. 2016

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.375**. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília, 25 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=9584385>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.377**. Relatora: Ministra Cármen Lúcia. Brasília, 29 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=9585706>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.382**. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília, 20 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10006665>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.388**. Relatora: Ministra Cármen Lúcia. Brasília, 23 de junho de 2015. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=8924496>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.393**. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília, 25 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=9352859>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1.402**. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília, 24 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=9997353>>. Acesso em: 05 nov. 2016.